



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Prestação de serviços especializados em cobertura fotográfica de eventos, pautas e releases com fins jornalísticos realizados pelo TRE-SC, com possibilidade de impressão de fotos.

2. Fundamentação da Contratação

Conforme descrito no Item 1 do Estudo Técnico Preliminar, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, em virtude da necessidade de promover a sua imagem, dar transparência aos atos da administração bem como garantir a qualidade do material produzido, alinhando-se aos objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral, requer a contratação de prestação de serviço especializado em cobertura fotográfica de eventos, pautas e releases com fins jornalísticos, realizados pelo TRE-SC, consistem em atividades permanentes, mas não-continuadas (sob demanda).

O uso intensivo de imagens e registros fotográficos é necessário nas mais variadas estratégias de marketing, para promover ações simples ou complexas envolvendo divulgação de serviços on-line, ou no desenvolvimento de campanhas, ou na produção de diversos tipos de produtos visuais, tais como folders, cartazes, banners impressos e/ou digitais, cartilhas, apresentações, vídeos institucionais, de divulgações jornalísticas e em redes sociais diversas. O TRE-SC está presente no Facebook, no Instagram, no TikTok, no Flickr, no YouTube e no Twitter (atualmente chamado de "X") e muitas das postagens usam fotografias oriundas de trabalhos ou eventos realizados pelo Regional.

Relevante sopesar também a importância de fazer frente à considerável demanda de material fotográfico relativa às solenidades e aos serviços prestados por esta Justiça Especializada, verificada tanto em ano não eleitoral quanto em ano eleitoral, aumentando exponencialmente nesse último, pois incumbe à Assessoria de Comunicação Social abastecer os veículos de comunicação de informações sobre a Justiça Eleitoral, de forma que possa manter o cidadão informado sobre assuntos pertinentes aos documentos eleitorais e outros afins.

A contratação do serviço ora avaliado possibilita à Assessoria de Comunicação Social do TRE-SC não só atender às demandas por material fotográfico para utilização no site e nos perfis oficiais do Regional (nas redes sociais), como também agregar conteúdo às reportagens produzidas pela própria ASCOM. Além do mais, a contratação propicia a composição da Galeria de Presidentes, entre outras, com eficiência e qualidade, contribuindo para a formação de arquivo histórico institucional, registrando os principais momentos, cerimônias e eventos realizados pelo Regional.

Para concluir, em razão da especificidade do trabalho de cobertura fotográfica, e da inexistência no quadro do TRE-SC de servidores cujas atribuições de seus cargos sirvam ao atendimento dessas demandas, a contratação de empresa especializada torna-se indispensável para dar continuidade e suporte às atividades da ASCOM.

Este estudo, obedecendo aos princípios expressos no art. 37 da Constituição Federal e atendendo às diretrizes da Política de Aquisições do TRE-SC, pretende analisar as viabilidades técnica, econômica e de negócio da contratação proposta, considerando os aspectos de eficácia, eficiência, economicidade e padronização, demonstrando o seu alinhamento com o Planejamento Estratégico desta Instituição. (Necessidade da contratação).

3. Descrição da solução

Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em cobertura fotográfica de eventos, pautas e releases com fins jornalísticos realizados pelo TRE-SC para atendimento das atividades



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

listadas no item 3 do ETP, em colaboração com esta Assessoria de Comunicação Social do TRE-SC, conforme itens discriminados a seguir:.

1. Cobertura fotográfica - Saídas (2 horas);
2. Impressão de fotos Tamanho 10cm X 15cm, com entrega imediata;
3. Impressão de fotos Tamanho 15cm X 21cm, com entrega imediata;
4. Impressão de fotos Tamanho 10cm X 15cm, com entrega em 48h;
5. Impressão de fotos Tamanho 15cm X 21cm, com entrega em 48h;
6. Taxa de deslocamento.

Considera-se saída profissional o deslocamento do profissional para cobertura fotográfica em atendimento à solicitação de serviços expedida pela Assessoria de Comunicação Social do TRE-SC, por período de até 2 (duas) horas, contados do início do horário previsto para o evento.

A eventual impressão de fotos ocorrerá apenas quando expressamente solicitada e terá duas opções de tamanho (10cmX15cm e 15cmX21cm) e duas opções de prazo de entrega (imediata e após 48h).

Os serviços executados pelos fotógrafos abrangem atividades de suporte e apoio relativos à Assessoria de Comunicação Social, com a cobertura fotográfica de eventos, pautas e *releases* com fins jornalísticos, realizados pela Instituição em todo o estado de Santa Catarina.

Quando o trabalho tiver que ser realizado fora da Grande Florianópolis, a Contratada fará jus à taxa diária de deslocamento, à razão de uma diária para cada dia em que houver a efetiva prestação dos serviços.

Registra-se que os serviços abaixo descritos já são exercidos por empresa que atende a Instituição por meio do contrato TRE-SC n. 83/2019, que não permite mais prorrogação.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar desta demanda encontra-se no Processo Administrativo Eletrônico (PAE) n. 11.431/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a presente contratação.

3.3. Códigos SIASG

3.4. 6050 - Serviço fotográfico

4. Requisitos da contratação

Nos termos descritos no item 3 do ETP desta contratação, para atender às necessidades da contratação de serviço de cobertura fotográfica, com a possibilidade de impressão de fotos, para todo o estado de Santa Catarina. Registra-se que, em especial no período eleitoral, haverá a necessidade de realização de eventos simultâneos, seja em locais diferentes ou no mesmo local. Portanto, a Contratada deve estar apta a fornecer equipamentos e profissionais para cada evento, atendendo a demandas específicas de cada um, garantindo a total cobertura fotográfica de cada evento.

Os serviços executados pelos fotógrafos abrangem atividades de suporte e apoio relativos à Assessoria de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Comunicação Social, com a cobertura fotográfica de eventos, pautas e releases com fins jornalísticos, realizados pela Instituição em todo o estado de Santa Catarina.

Registra-se que os serviços abaixo descritos já são exercidos por empresa que atende a Instituição por meio do contrato TRE-SC n. 83/2019, que não permite mais prorrogação.

De qualquer sorte, considerando que se trata de atividade de suporte/apoio, entende-se que os requisitos funcionais são as atividades relacionadas à cobertura fotográfica de eventos do TRE-SC, quais sejam:

- a) Captura de imagens solicitadas pela Assessoria, com equipamento próprio, profissional, apropriado para cada caso, atentando-se para a iluminação e o enquadramento a fim de criar uma composição visualmente atraente (tomando por base fatores como a regra dos terços, linhas de guia, equilíbrio de elementos e uso adequado de espaço negativo);
- b) Atender de imediato às solicitações de serviços de fotografia emitidas por Ordem de Serviço pelo TRESC (modelo Anexo I), desde que recebidas com antecedência mínima de 48 horas da realização do evento;
- c) Produção de fotografias em alta resolução, de modo a permitir grandes ampliações sem perda de qualidade, por máquina fotográfica de categoria profissional, do tipo DSLR (Digital Single Lens Reflex), com resolução mínima de 12 megapixel, com a utilização de lentes e equipamentos de apoio de alta performance – a exemplo das lentes com aberturas 1.4, 1.8, 2.8 e 3.5; zoom 17-55 mm, 18-105 mm ou semelhantes; 70-200 mm, 70-300 mm, 400 e 600 mm; lente fisheye (olho de peixe); flash externo de modelo atualizado, tripés para câmeras e peças de iluminação de estúdio com respectivos acessórios compatíveis com o trabalho profissional;
- d) Realização de cobertura fotográfica de eventos empreendidos pelo TRE-SC, bem como de pautas, releases e notícias produzidas pela ASCOM, em qualquer local do estado de Santa Catarina, quando assim solicitado pela Administração, conforme as características do evento;
- e) Manutenção de pessoal em quantidade suficiente para cobrir grandes eventos ou pautas que poderão ocorrer simultaneamente em diferentes localidades, sendo considerado cada profissional individualmente para efeito de remuneração do tempo de serviço prestado (saída);
- f) Condução dos trabalhos dos fotógrafos e da respectiva equipe, com atuação do profissional a fim de obter as melhores poses e expressões dos personagens envolvidos, orientando como posar, onde olhar e como se comportar diante da câmera, a fim de capturar a imagem desejada;
- g) Edição do material produzido, considerando que na pós-produção o trabalho deve envolver a seleção das melhores imagens, o aprimoramento do contraste, o ajuste de cores, a correção de imperfeições e a edição geral para melhoria da qualidade das fotos. Nessa pós-produção, o fotógrafo deve utilizar softwares apropriados como o Adobe Photoshop, Lightroom ou outros programas especializados de mesmo nível técnico ou superior, cuja subscrição ou acesso será de plena responsabilidade da contratada.
- h) Indexação do material produzido com metadados, tais como: nome do evento, local, órgão, data, hora, nome do fotógrafo e outros dados em conformidade com as orientações recebidas do TRE-SC, sem custo adicional;
- i) Entrega imediata (durante ou logo após o fim de cada “saída”), em meio magnético, de pelo menos 20 (vinte) fotografias editadas, referentes aos serviços prestados, independentemente da pós-produção do material restante, para que seja possível a divulgação concomitante de cada evento/notícia com o respectivo registro fotográfico, bem como, dos arquivos originais, isto é, todas fotografias sem qualquer edição;
- j) Envio de foto por dispositivo com bluetooth, ou tecnologia semelhante, no decorrer do evento, para dispositivo de uso do Tribunal, quando a cobertura fotográfica estiver vinculada diretamente à atividade e necessidade imediata do material pela Assessoria;
- k) Por demanda específica determinada na Ordem de Serviço encaminhada (modelo do Anexo I), deverão ser impressas fotografias em cores e/ou em preto e branco, nos tamanhos 10cm X 15 cm ou 15 cm X 21 cm, em papel fotográfico fosco, com impressão térmica, imediatamente após o encerramento evento e seleção da equipe da ASCOM;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- l) Por demanda específica determinada na Ordem de Serviço encaminhada (modelo do Anexo I), deverão ser impressas fotografias em cores e/ou em preto e branco, nos tamanhos 10cm X 15 cm ou 15 cm X 21 cm, em papel fotográfico fosco, com impressão térmica, devendo estas serem entregues em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após a seleção feita pela equipe da ASCOM;
- m) Remessa de todo o material editado em até 24 (quarenta e oito) horas contadas do encerramento do evento, por link eletrônico para o endereço de e-mail fornecido pela ASCOM, em formato JPEG, em resolução mínima de 3840x2880, em máxima qualidade e mínima compressão;
- n) Publicação de fotos em sistema de imagens utilizado pelo TRE-SC (rede social Flickr ou sistema similar), quando assim demandado;
- o) Caso sejam constatadas falhas ou imperfeições nas reproduções, a contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para realizar as correções necessárias, ou realização de novo serviço, substituindo, por sua conta, o material defeituoso, sob pena de, após este prazo, serem aplicadas as penalidades contratuais previstas;
- p) Fornecimento à sua equipe de câmeras, lentes, baterias, cabos, conectores, notebooks para edição, e demais materiais necessários à execução dos trabalhos de fotografia e à respectiva edição bem como impressão de fotos quando solicitadas.

5. Modelo de execução do objeto

Considera-se unidade demandante da presente contratação a Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, telefone (48) 3251-3378 ou correio eletrônico ascom@tre-sc.jus.br.

O TRE-SC solicitará mediante encaminhamento de Ordem de Serviço (vide modelo Anexo I) por meio de correio eletrônico.

O horário de atuação será compreendido entre 8h e 20h, de segunda a sexta-feira. Todavia, dadas as especificidades do serviço ora analisado, estima-se, em relação à contratação, a execução de serviços excepcionalmente em dias não úteis, sábados, domingos e feriados e, ainda, em horários noturnos, em especial no período eleitoral.

Não será exigido dos prestadores de serviços o uso de uniforme, no entanto, os referidos profissionais deverão usar trajes compatíveis com as características do ambiente de trabalho e portar crachá de identificação. Além disso, será exigido o uso de traje de passeio completo para participação de compromissos formais institucionais, tais como posses e outras solenidades, o que será previamente informado pela unidade demandante.

5.1. Prazos

Os principais prazos desta contratação são:

- a) O TRE-SC se compromete a realizar os pedidos de prestação dos serviços sempre com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) Todo o material editado deverá ser entregue em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do encerramento do evento, por *link* eletrônico para o endereço de e-mail fornecido pela ASCOM, em formato JPEG, em resolução mínima de 3840x2880, em máxima qualidade e mínima compressão.
- c) Entrega imediata (durante ou logo após o fim de cada “saída”), em meio magnético ou link de transmissão on-line de pelo menos 20 (vinte) fotografias editadas, referentes aos serviços prestados, independentemente da pós-produção do material restante, para que seja possível a divulgação concomitante de cada evento/notícia com o respectivo registro fotográfico, bem como, dos arquivos originais, isto é, todas fotografias sem qualquer edição;
- d) Por demanda específica determinada na Ordem de Serviço encaminhada (modelo do Anexo I), deverão ser impressas fotografias em cores e/ou em preto e branco, nos tamanhos 10cm X 15 cm ou 15 cm X 21 cm, em papel fotográfico fosco, imediatamente após o encerramento evento e seleção da equipe da ASCOM;
- e) Por demanda específica determinada na Ordem de Serviço encaminhada (modelo do Anexo I), deverão ser impressas fotografias em cores e/ou em preto e branco, nos tamanhos 10cm X 15 cm ou 15 cm X 21 cm, em papel fotográfico fosco, devendo estas serem entregues em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após a seleção feita pela equipe da ASCOM;
- f) Constatada qualquer irregularidade pela gestão contratual, as mesmas deverão ser sanadas em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os serviços ora analisados deverão ser executados preferencialmente no edifício sede do Tribunal (Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC) ou em qualquer outra localidade definida pela unidade demandante.

Eventualmente, serão solicitados deslocamentos ao interior do Estado para cobertura *in loco* de eventos da Justiça Eleitoral. Em caso de deslocamento, a prestadora de serviços arcará com todas as despesas de alimentação, hospedagem e eventuais serviços extraordinários dos responsáveis pela prestação do serviço.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato consistirão na verificação, pelo contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, qual seja, o servidor titular da unidade demandante (ASCOM) ou seu substituto, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

Serão atestados:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Efetivada a prestação dos serviços conforme estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento será realizado em favor da Contratada – mediante depósito bancário e após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura –, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo imputável à prestadora de serviço.

Os documentos fiscais para pagamento, bem como as demais informações complementares, deverão ser protocolados no TRE-SC ou encaminhados, para atestação do gestor do contrato, por meio de requerimento eletrônico (Protocolo Administrativo Eletrônico, disponível na página www.tre-sc.jus.br, ou sistema similar).

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a presente contratação.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir da data da assinatura. A previsão para o início do contrato é entre novembro e dezembro de 2024.

Justifica-se a vigência inicial plurianual, em razão da potencial redução de custos advinda de um contrato com prazo de duração maior, decorrente dos seguintes fatores:

- a) racionalização do dispêndio de recursos com a realização de procedimentos licitatórios e de prorrogação contratual;
- b) aumento da competitividade, em face da atratividade do objeto para o mercado, refletindo nos valores cotados; e
- c) amortização de investimentos da contratada ao longo da sua execução, tais como os equipamentos necessários à prestação dos serviços.

O contrato será prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.7. Obrigações da Contratante

Constituem obrigações do TRE-SC:

- a) promover, por meio da equipe designada no item 6.2, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como a fiscalização do contrato;
- b) solicitar a realização dos serviços com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

5.8. Obrigações da Contratada

A Contratada deverá:

5.8.1. Desenvolver a prestação de serviço especializado que vise os trabalhos de fotografia, conforme especificações do item 3 do ETP;

5.8.2. Fornecer equipamentos apropriados de alta qualidade à equipe técnica de fotografia envolvida na prestação do serviço, sem depender da disponibilidade ou qualidade dos equipamentos da Instituição para a execução do serviço de fotografia e eventual impressão de fotos, conforme solicitação da unidade demandante;

5.8.3. Ter condições técnicas de atender a pedidos simultâneos, ou seja, de forma concomitante, se for o caso, disponibilizando os equipamentos e os profissionais necessários;

5.8.4. Atender de imediato à solicitação de serviços de fotografia desde que comunicados pelo TRE-SC dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através da Ordem de Serviço (modelo – Anexo I);

5.8.5. Editar o material produzido e indexá-lo com metadados. Ex: nome do evento, local, órgão, data, ora, nome do fotógrafo e outros dados em conformidade com as orientações recebidas do TRE-SC, sem custo adicional;

5.8.6. Ao término da cobertura fotográfica, os arquivos originais, isto é, as fotografias sem qualquer edição, deverão ser imediatamente armazenadas em arquivo próprio da Assessoria de Comunicação Social;

5.8.7. Independentemente da elaboração do material editado e para que seja possível a realização da divulgação de cada evento/notícia, com foto, deverá ser efetuada pela contratada a entrega imediata (durante ou logo após o fim de cada “saída”), em meio magnético, de pelo menos 20 (vinte) fotografias editadas referentes aos serviços prestados;

5.8.8. Quando o evento do qual está se executando a cobertura fotográfica estiver vinculado a atividade imediata da ASCOM, poderá ser exigido, o envio de foto por dispositivo com bluetooth no decorrer do evento para dispositivo de uso do TRE-SC;

5.8.9. As fotografias deverão ser tratadas/editadas por meio de softwares apropriados (Photoshop, Lightroom ou outros de mesmo nível técnico ou superior);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.10. Entregar todo o material em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do encerramento do evento, por link eletrônico para o endereço de e-mail fornecido pela ASCOM do TRESC, em formato RAW e JPEG, em resolução mínima de 3840 X 2880, em máxima qualidade e mínima compressão;

5.8.11. Quando expressamente solicitado na Ordem de Serviço encaminhada (modelo do Anexo I), deverão ser impressas fotografias em cores e/ou em preto e branco, nos tamanhos 10cm X 15 cm ou 15 cm X 21 cm, em papel fotográfico fosco, com impressão térmica, imediatamente após o encerramento evento e seleção da equipe da ASCOM;

5.8.12. Quando expressamente solicitado na Ordem de Serviço encaminhada (modelo do Anexo I), deverão ser impressas fotografias em cores e/ou em preto e branco, nos tamanhos 10cm X 15 cm ou 15 cm X 21 cm, em papel fotográfico fosco, com impressão térmica, devendo estas serem entregues em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após a seleção feita pela equipe da ASCOM;

5.8.13. Se for constatada irregularidade no material, a empresa deverá refazê-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

5.8.14. Arcar com as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega, em caso de substituição de fotografias;

5.8.15. Caso de mora da Contratada, o prazo para refazer os serviços não interromperá multa por atraso, correndo pela contratada as despesas necessárias;

5.8.16. Na condução dos trabalhos de fotografia os profissionais devem se apresentar com traje social adequado ao evento que será coberto;

5.8.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia anuência do TRE-SC;

5.8.18. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão.

5.9. Transferência de conhecimento

São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os direitos de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela contratada relativos ao objeto deste Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao Tribunal distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações.

5.10. Direitos autorais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

São assegurados ao contratante, com exclusividade, os seguintes direitos:

- a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela contratada relativos ao objeto deste Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao contratante distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e
- b) direitos autorais da solução, do protótipo, do projeto, de suas especificações técnicas, do leiaute, da diagramação, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato decorrente deste Termo de Referência, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a utilização pela contratada sem autorização expressa do contratante, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao Gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao Gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao Gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao Gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico; e

f) auxiliar o Gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Assessoria de Comunicação Social
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

Para fins de solicitação dos serviços de cobertura fotográfica, o TRE-SC valer-se-á da realização de telefonemas e de encaminhamento de ordem de serviço (vide modelo do anexo I), por meio de e-mails, ou outro meio considerado eficaz, à contratada.

Será solicitado, também no momento do envio da Ordem de Serviço, o serviço de impressão imediata ou com prazo de 48 horas, quando necessário.

6.4. Acompanhamento do Contrato

A comunicação entre o TRE-SC e a contratada poderá ocorrer por contato telefônico, e-mail ou pessoalmente, conforme dados que seguem:

Assessoria de Comunicação Social

Titular: Ana Patrícia Tancredo Gonçalves;

Telefone: (48) 3251-3835;

Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 1º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;

E-mail: ascom@tre-sc.jus.br

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pelo contratante, da conformidade da entrega do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pela Assessora de Comunicação Social do TRE-SC, ou seu substituto.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- b) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços; e
- c) esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após a entrega dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam deverão ser sanadas junto à ASCOM do TRE-SC, conforme dados fornecidos acima.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Diante da especificidade técnica dos serviços prestados, não é conveniente o parcelamento do objeto.

A justificativa para o não parcelamento se fundamenta na expectativa de que uma gestão contratual unificada permitirá um melhor controle da execução do ajuste, de forma a se atender os objetivos.

Ademais, a mesma empresa realizando a cobertura fotográfica e a impressão de fotos pode trazer diversos Benefícios. Alguns pontos a serem considerados são:

a) Garantia de qualidade: ao escolher a mesma empresa para fornecer tanto a cobertura quanto a impressão de fotos há uma garantia de maior qualidade e integração entre os serviços prestados já que a mesma empresa executa a foto, edita e o deixa nos parâmetros para a impressão que também executa;

b) Conhecimento do espaço e logística: a Contratada tem a vantagem de possuir familiaridade com o local do evento e a logística envolvida (por meio de sua equipe técnica), o que facilita a instalação dos equipamentos, otimizando o aproveitamento do espaço disponível.

Posto isto, conclui-se pelo não parcelamento com adjudicação global, considerando que as atividades desenvolvidas pela empresa contratada garantiriam a padronização e a qualidade dos diversos produtos, que podem ser produzidos para um mesmo projeto ou evento.

Por fim, a contratação de apenas uma empresa facilitará o gerenciamento do contrato pelo gestor da contratação, visto que não haverá possível interferência na execução do objeto entre diversas empresas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9.2. Seleção do fornecedor

9.3. $PF = PS \times 90 + PI48H1 \times 75 + PI48H2 \times 125 + PII1 \times 150 + PII2 \times 50 + TD \times 12$.

9.4.

9.5. Onde:

9.6. PF: Preço final anual (estimado);

9.7. PS: Valor da saída 2 (duas) horas

9.8. PII1: Valor Unitário da Impressão imediata tamanho 10cmX15;

9.9. PII2: Valor Unitário da Impressão imediata tamanho 15cmX21;

9.10. PI48H1: Valor Unitário da Impressão com prazo de 48h tamanho 10cmX15;

9.11. PI48H2: Valor Unitário da Impressão com prazo de 48h tamanho 15cmX21;

TD: Taxa diária de deslocamento.

9.12.

9.13. OBS: os pesos atribuídos correspondem a média aritmética das quantidades estimadas anuais para cada item em ano eleitoral e ano não eleitoral.

9.14. A taxa diária de deslocamento será devida à Contratada sempre que houver necessidade de deslocamento dos profissionais para imóveis de propriedade do TRE-SC no interior do estado, a fim de custear todas as despesas – ressalvado o disposto no parágrafo abaixo.

9.15. A empresa não fará jus a recebimento da taxa diária de deslocamento quando houver movimentação dos seus funcionários entre os municípios de Florianópolis, Palhoça, Biguaçu, São José e Santo Amaro da Imperatriz (incluídos os municípios que pertencerem a essas Zonas Eleitorais), constituindo-se o primeiro, a base territorial.

9.16. Por fim, é recomendável a realização de visita técnica prévia, mediante agendamento prévio junto ao titular da Assessoria de Comunicação Social ou seu substituto, por meio do telefone (48) 3251-3727 ou pelo e-mail ascom@tre-sc.jus.br.

9.17.

9.17.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços de cobertura fotográfica ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

9.17.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.17.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Dadas as especificidades dos serviços ora analisados, entende-se conveniente particularizar os itens com seus respectivos valores a serem demandados, conforme segue:

Ano não eleitoral:

Item	Atividade	Quantidade estimada (anual)	Valor da Saída/diária e unidade de impressão	Total Anual
1	Cobertura fotográfica-Saídas (2 horas)	Saídas (2 horas) 43 saídas	R\$ 496,61	R\$ 21.354,23
2	Impressão de fotos Tamanho 10cm X 15 cm, com entrega em 48h	50	R\$ 0,95	R\$ 47,50
3	Impressão de fotos Tamanho 15cm X 21 cm, com entrega em 48h	100	R\$ 0,99	R\$ 99,00
4	Impressão de fotos Tamanho 10cm X 15 cm, com entrega imediata	100	R\$ 2,36	R\$ 236,00
5	Impressão de fotos Tamanho 15cm X 21 cm, com entrega imediata	50	R\$ 2,86	R\$ 143,00
6	Taxa de deslocamento	2 Diárias para cobertura de 5 eventos 10 diárias	R\$ 314,62	R\$ 3.146,20
	Todos os itens	—	—	R\$ 25.025,93

- Valor Anual para ano não eleitoral: **R\$ 25.025,93**
- Valores obtidos da atual contratação, Contrato n. 083/2019 (TA 004/2024) e da pesquisa do item 4.1.2.1 do ETP para a impressão de fotos;
- Valor da taxa de deslocamento obtido da SEICON, utilizado no PAE n. 1.785/2024, fls. 239-247, uma vez que a atual contratação se restringe ao perímetro da grande Florianópolis;

Ano eleitoral:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item	Atividade	Quantidade estimada (anual)	Valor da Saída/diária e unidade de impressão	Total Anual
1	Cobertura fotográfica-Saídas (2 horas)	Saídas (2 horas) 137 saídas	R\$ 496,61	R\$ 68.035,57
2	Impressão de fotos Tamanho 10cm X 15 cm, com entrega em 48h	100	R\$ 0,95	R\$ 95,00
3	Impressão de fotos Tamanho 15cm X 21 cm, com entrega em 48h	150	R\$ 0,99	R\$ 148,50
4	Impressão de fotos Tamanho 10cm X 15 cm, com entrega imediata	200	R\$ 2,36	R\$ 472,00
5	Impressão de fotos Tamanho 15cm X 21 cm, com entrega imediata	50	R\$ 2,86	R\$ 143,00
6	Taxa de deslocamento	2 Diárias para cobertura de 7 eventos 14 diárias	R\$ 314,62	R\$ 4.404,68
	Todos os itens	—	—	R\$ 73.298,75

- Valor Anual para ano não eleitoral: **R\$ 73.298,75**
- Valores obtidos da atual contratação, Contrato n. 083/2019 (TA 004/2024) e da pesquisa do item 4.1.2.1 do ETP para a impressão de fotos;
- Valor da taxa de deslocamento obtido da SEICON, utilizado no PAE n. 1.785/2024, fls. 239-247, uma vez que a atual contratação se restringe ao perímetro da grande Florianópolis;

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I – Ordinário, item 26

Item do Plano de Aquisição: Gravação, Transmissão e Cobertura Fotográfica de eventos

11.2. Plano de Logística Sustentável

A contratação, ao garantir a criação de material fotográfico para atender as demandas do TRE-SC, alinha-se com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, em especial com os objetivos abaixo listados:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) reduzir o consumo de papel e de suprimentos de impressão, em virtude da grande maioria da publicação do material ser por meio digital;
- b) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos; e
- c) promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.

11.3. Outros instrumentos

A contratação prevê a produção de material fotográfico oriundo da cobertura dos eventos, pautas, eleições, e demais atividades do TRE-SC, que envolvam a necessidade de cobertura fotográfica para fomentar matérias internas, fornecer material para imprensa, alimentar redes sociais e produzir o acervo histórico fotográfico do TRE-SC.

Ao proporcionar a ampla cobertura fotográfica e entrega do material capturado editado teremos conteúdos fotográficos de qualidade profissional exclusivos e essenciais ao desenvolvimento das atividades da ASCOM e demais unidades do TRE-SC, harmonizando-se com as necessidades do negócio do Tribunal e alinha-se aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2021-2026, em especial, ao “Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade”.

As referidas atividades traduzem-se também em uma necessidade contínua para o bom funcionamento das suas unidades, bem como para o cumprimento de forma eficiente e eficaz do Plano Anual de Comunicação e do Plano de Divulgação das Eleições.

A produção de material fotográfico das diversas atividades do TRE-SC permite o alinhamento aos valores e à missão do Órgão e potencializa a eficácia da comunicação institucional, uniformizando os elementos visuais, fortalecendo a cultura organizacional e criando laços que unem as equipes e promovem maior engajamento às políticas de acessibilidade, inclusão e igualdade e de combate à desinformação. ir aqui o texto...

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	6.000,00*

*Valor estimado para 1 (um) mês de vigência em 2024.

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14. 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I - Modelos de Ordem de Serviço

1. Ordens de Serviços (a ser preenchida pelo Contratante):

ORDEM DE SERVIÇO n. XX/ANO

Por solicitação da gestora da contratação (Contrato TRESC n. XXX), requeiro o serviço de Fotografia para o evento abaixo descrito:

Evento:

Data(s):

Horário:

Local:

Profissional(is):

Unidades demandante:

Necessidade de fotos Impressas: () Sim () Não

Prazo de entrega: () Imediata () 48 horas

Observação(ões):

[Descrever observações relevantes]